

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: Política Indígena

Data: 13 de Janeiro de 1993

Pg.: 686

ANO INDÍGENA

Lutas vão ser reafirmadas em Manaus

Márcia Valéria

Após 20 anos de articulação, os 300 milhões de índios do mundo conseguiram que a Organização das Nações Unidas (ONU) dedicasse um ano para reflexão e luta das causas indígenas: em 10 de dezembro último o secretário geral da Nações Unidas proclamou 1993 "O Ano Internacional dos Povos Indígenas". Orlando Melgueiro da Silva, do povo Baré, coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), tem consciência que esta oficialização não significa que as entidades governamentais estejam mudando de comportamento em relação aos povos indígenas, mas sim que eles estão em evidência devido a Eco 92 e o clamor mundial de salvação do Planeta. "Nesse contexto estamos incluídos porque nós habitamos a Terra antes do Estado", reflete.

No dia 24 de fevereiro, representantes das nações indígenas estarão reunidos em Genebra, Suíça, para determinar a agenda dos trabalhos a serem desenvolvidos no decorrer desse ano visando atrair os olhares do mundo para as causas dos índios. Independente desse encontro internacional, a programação local já está definida e começa no dia 12 de fevereiro com a abertura estadual do Ano Internacional dos Povos Indígenas que contará com a presença do ministro da Cultura, Antonio Houassi, e lideranças

indígenas de nações estrangeiras. O evento se dará no Teatro Amazonas.

A partir daí, cada mês será dedicado a um povo diferente que ocupará espaço em praça pública para exposição de artesanato, dança e palestras. Para o mês de março está programada uma exposição de todos os povos embora o local ainda não esteja definido. Em abril, Manaus sediará o Encontro Internacional dos Povos Indígenas onde entre outros assuntos serão discutidas a revisão constitucional de 93, a demarcação de áreas e a Declaração Universal dos Direitos Povos Indígenas.

Orlando Baré afirma que a conquista destes três pontos já será um grande avanço para as nações indígenas. "A luta do movimento indígena em nível mundial é bastante semelhante, principalmente quando se fala em recuperação da cultura, terra, saúde e autonomia. Os índios do Brasil, Colômbia, Venezuela e outros países latinos-



Orlando Melgueiro: três pontos como avanços

americanos são vítimas de grandes interesses de setores minerais, madeireiros e militares. Diante disso, nós entendemos que a luta deve ser unificada".

500 anos de luta — O movimento indígena no Brasil — reflete Orlando — acompanha os 500 anos de América e, ultimamente, está buscando articulação direta com as organizações indígenas por países. Ele adverte que essa política de articulação com as organizações latino-americanas tem que ficar cada vez mais fortalecida; e a partir de encontros que já estão previstos elaborar um planejamento a nível

400 líderes tiraram a seguinte proposta: em nível de Amazônia Brasileira será elaborado um planejamento conjunto em Manaus. Orlando lembra que no ano passado já houve um encontro no Alto Uaupés — fronteira entre o Brasil e a Colômbia — que determinou linhas de trabalho conjunto. "Independente das pressões o nosso povo vai continuar intensificando o estreitamento de amizade, luta e objetivos comuns, principalmente com relação a questão da terra", garante.

Demarcação — O ano de 1993 será de grande importância para os 180 mil índios que habitam a Ara-

zônia Brasileira. No dia 5 de outubro termina o prazo para que o Governo conclua a demarcação de 254 áreas indígenas — no Amazonas, Pará e Rondônia — das quais, até agora, 57 estão sem qualquer providência. "Se não concluir essa tarefa o Governo vai cometer um crime de responsabilidade. Os militares estão articulando os parlamentares conservadores e até mesmo da esquerda para pressionarem a revisão da demarcação de terras", denuncia ao frisar que até agora eles não entendem qual é a postura de Itamar Franco.

Propostas para viabilizar essa autonomia já existem. A partir do último encontro realizado em Genebra, no mês de outubro, na 44ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre População Indígena da ONU,

Orlando Baré ressalta que a indicação da ONU foi de grande importância para os índios brasileiros que terão a oportunidade de chamar a atenção da sociedade para a demarcação. "Eles têm que se conscientizar que demarcar é preservar. A demarcação de terras na faixa de fronteira não vai colocar em risco a soberania nacional e nem os índios estão querendo construir Estados independentes. Nós queremos sim, oportunidade, para preservar nossa floresta, nossos costumes, cultura e tradição, enfim preservar o nosso povo".

A maior preocupação da Coiab é que o Governo não respeite o prazo e que na revisão constitucional os índios percam essa e outras conquistas garantidas na Constituição. Orlando Baré afirma a esperança que o Governo dê maior atenção a seu povo, principalmente na questão de terra lembrando que nos últimos 23 anos o índio deixou ser prioridade. Ele convoca a população brasileira a discutir e refletir essa questão.